



Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local

Maria Aparecida Arias Fernandez
Elisa Campos Machado

Resumo: Apresenta o processo de construção do Projeto Mais Bibliotecas Públicas e a sua relação com as políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil, seus objetivos, metodologias e os primeiros resultados. Parte do princípio de que é necessário um trabalho conjunto entre o governo federal, os governos locais e a sociedade para ampliar o número de bibliotecas públicas no país e enfrentar o enorme déficit no acesso à informação e à leitura ao cidadão brasileiro.

Palavras Chave: Biblioteca Pública, Política cultural, Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas se destacam como o equipamento cultural mais presente nos municípios brasileiros. Temos mais bibliotecas públicas no país do que museus, cinemas, teatros ou centros culturais. Este é o resultado de uma série de investimentos realizados nos últimos 12 anos pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)¹ em conjunto com os Estados e Municípios brasileiros. Dentro desse contexto um intenso processo de monitoramento e avaliação desses investimentos foi implementado pelo SNBP, no sentido de garantir a efetiva aplicação dos recursos públicos na democratização do acesso à leitura e à informação (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014).

Cabe lembrar que duas metas do Plano Nacional de Cultura (PNC)² estão diretamente relacionadas com estas ações, trata-se da meta 32 que prevê que 100% dos municípios brasileiros tenham pelo menos 1 biblioteca pública em funcionamento e a

¹ O SNBP é um órgão subordinado a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (MinC).

² O PNC foi previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, e instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010



meta 34 que prevê a modernização de 50% das bibliotecas públicas e museus no período de 10 anos, 2010 a 2020 (BRASIL, 2013). Na verdade, estas metas poderiam ser consideradas históricas se levarmos em consideração que as mesmas já faziam parte dos objetivos do Instituto Nacional do Livro (INL)³, criado em 1937.

Dentro desse contexto, e com o objetivo de dar continuidade aos investimentos na ampliação do número de bibliotecas públicas e qualificação das já existentes foi criado o projeto “Mais Bibliotecas Públicas, como uma ação estratégica dentro das políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. Por meio desse projeto o SNBP reafirmou o convite feito por Silvia Castrillón (2010, p. 47, tradução nossa), para que as bibliotecas assumam

seu papel político como instituições que, na medida em que podem ser um espaço – um a mais – de construção de identidades [...] também são de transformação das condições em que as identidades se constroem ou, pelo menos, de reconhecimento da necessidade desta transformação, de tomada de consciência.

O presente trabalho apresenta como entendemos a biblioteca pública no cenário do desenvolvimento local, os motivos que levaram à formulação desse projeto, os objetivos, estratégias, metodologias adotadas e os primeiros resultados.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Vários manifestos e declarações, nacionais e internacionais, vem sendo redigidos e assinados por integrantes da área e da sociedade em geral, em defesa e pela valorização das bibliotecas públicas no mundo. Sem dúvida o mais conhecido é o Manifesto da IFLA/UNESCO que afirma que “a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (MANIFESTO, 1994).

³ O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em dezembro de 1937, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema



A Declaração de Lyon, de agosto de 2014, defende o aumento ao acesso à informação e ao conhecimento, como um “pilar essencial do desenvolvimento sustentável”. E afirma que:

Intermediários da informação, como bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação tem as habilidades e recursos para ajudar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e compreender os dados que são fundamentais para o desenvolvimento (DECLARAÇÃO, 2014).

Apesar do esforço de grupos e órgãos internacionais em estabelecer compromissos para uma agenda de desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das pessoas, ainda é comum a associação da noção de desenvolvimento de uma região, território ou país, à ideia de crescimento econômico. Em alguns casos, essa noção é associada à capacidade de gerar emprego e renda. No entanto, cada vez mais pesquisas, a exemplo do “Atlas da exclusão social; dez anos depois” (POCHMANN, 2014), evidenciam que o desenvolvimento de uma cidade ou de uma região, está ligado diretamente à possibilidade de promoção das capacidades humanas, do bem estar social, da condição dada às pessoas daquela localidade para que utilizem todo o seu potencial criativo, propositivo e crítico, exercendo assim todos os seus direitos, inclusive o de gerar riqueza.

Mas, como ampliar o mercado de trabalho formal, sem gerar oportunidades para as pessoas desenvolverem suas capacidades, competências e habilidades para lidar com o novo momento da sociedade: a sociedade da informação e do conhecimento? Como construir igualdade de condições com tanta gente que não tem nem se quer o acesso ao livro impresso, enquanto outros já estão nos espaços virtuais e manipulando arquivos em nuvens?

O Brasil figura hoje entre as 7 maiores economias do mundo. Aumentou a capacidade de consumo das pessoas mais pobres, mas não diminuiu a distância entre as desigualdades, quando falamos de desenvolvimento humano e ambiental. O acesso a direitos (educação, saúde, saneamento, moradia, ambiente saudável) ainda não é universal: para todos sem distinção e com qualidade.



Hoje, a biblioteca pública é o equipamento cultural mais democrático e democratizado neste país, e espaço estratégico para contribuir com o combate às desigualdades, promovendo o acesso a outros direitos. É o lugar onde se permite, possibilita e promove o acesso à cultura letrada de forma livre e libertária, partindo da democratização da literatura às informações para o exercício da cidadania ativa, como afirmam Reis, Silva e Massensini (2011, p.17), “informação e cidadania são termos que se complementam e ambos dizem respeito à possibilidade de exercer sua função de cidadão, à medida que o sujeito está no gozo de seus direitos civis, políticos e sociais”.

O acesso e a aprendizagem da cultura escrita, em geral, e da literatura, em especial, cumpre um importante papel no desenvolvimento integral da pessoa, na medida em que supre a nossa necessidade de fantasia, permite o exercício da alteridade, nos ajudando a compreender quem somos e a nos integrarmos ao mundo e à sociedade. Além disso, contribui para que incorporem o acúmulo do conhecimento universal produzido pelos seres humanos ao longo dos tempos.

A escola é o lócus privilegiado para a aprendizagem da leitura e da escrita, e o primeiro lugar – para a grande maioria da população – ter acesso ao livro, enquanto que a biblioteca é o lugar para o seu exercício permanente, autônomo, descomprometido com a didática. É o lugar para colocar em curso a curiosidade, para dar asas aos interesses, para instigar a alma a se alimentar de arte e de filosofia, para exercitar o humano que trazemos encubados em nós.

A biblioteca é a casa da leitura, a morada da literatura em colóquio com as outras linguagens e manifestações culturais. Por isso a biblioteca pública é um lugar estratégico para promover o desenvolvimento das pessoas e das suas comunidades, uma vez que lhe permite o acesso à informação e à cultura escrita, literária ou não; estimula o conhecimento e reconhecimento dos sujeitos sobre si mesmos e em sua inter-relação com seus contextos (escola, família, comunidade, sociedade em geral); possibilita que se explore o potencial criativo e reflexivo humano, colocando em prática novas formas de se relacionar, de promover a participação ativa na vida comunitária.

No âmbito das políticas culturais locais, embora não seja comum fazer esse tipo



de reflexão, manter uma biblioteca pública custa muito menos do que manter um presídio, um reformatório, ou um abrigo. Muito menos do que o ônus do não investimento no ser humano. Quando um gestor compreende a importância da autonomia, do fortalecimento das pessoas e de suas comunidades para o desenvolvimento de sua cidade, ele tem mais condições de perceber na biblioteca o espaço para a germinação e florescimento de um processo de desenvolvimento local.

3 OS DADOS ACERCA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

Uma das grandes preocupações do SNBP sempre foi em relação aos dados a respeito do número e status das bibliotecas públicas no país, afinal, como formular políticas públicas, ou ainda desenvolver pesquisas acadêmicas sem dados concretos e confiáveis?

Cabe registrar que as primeiras iniciativas de controlar os dados acerca de bibliotecas públicas remontam os anos de 1940, por iniciativa do INL. Ao longo dos anos foram publicados vários documentos (INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, 1969; 1983; SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICA, 1994) contendo a relação de bibliotecas no país, em formato de livro e de periódico, tal como Guia das Bibliotecas Brasileiras, com dados de 1964 e 1965, que foi publicado pelo INL no ano de 1969, com 502 páginas e um total de 9.743 bibliotecas de diferentes tipologias, escolar, universitária, especializadas e públicas, ou ainda o Guia das Bibliotecas Públicas, publicado pelo SNBP, referente aos anos de 1994 e 1995, com 215 páginas e 2.553 bibliotecas públicas.

No ano de 2010 o SNBP juntamente com a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura (DLLL)⁴ contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para realizar o I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais. Os resultados apontaram a época que 8% dos municípios brasileiros, cerca de 445, ainda não possuíam bibliotecas públicas

⁴ Em 2010 a DLLL era um órgão subordinado a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MinC enquanto que o SNBP era subordinado a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).



(CENSO, 2010). Essa mesma pesquisa evidenciou também as condições físicas, serviços, horários, fluxo de usuários, entre outros dados acerca das bibliotecas públicas brasileiras. Apesar da importância do I Censo, o mesmo não conseguiu estabelecer claramente a diferença entre os tipos de bibliotecas, ou seja, em muitos municípios, bibliotecas escolares foram consideradas como bibliotecas públicas, ou mesmo bibliotecas especializadas mantidas por órgãos públicos também foram confundidas com bibliotecas públicas, gerando inconsistência nos resultados finais. Ainda assim, consideramos a pesquisa realizada pela FGV como um marco no cenário atual, pois deu visibilidade a situação em que este tipo de equipamento cultural se encontrava à época.

Paralelamente o SNBP mantinha o seu banco de dados organizado e alimentado a partir de formulários em papel, enviados às bibliotecas, os quais eram preenchidos manualmente pelas Prefeituras, Secretarias de Cultura e/ou Educação⁵ e inseridos por funcionários do Sistema, numa base de dados customizada, criada a partir do sistema de gerenciamento de recursos bibliográficos utilizado à época pela FBN⁶, ou seja, uma solução provisória para o armazenamento e disponibilização dos dados de bibliotecas. Esta base provisória era acessada pelo público via portal da FBN, no entanto, a recuperação dos dados era precária. Em setembro de 2011, ano em que foi encerrada a sua alimentação, a base possuía 5.567 bibliotecas públicas cadastradas.

Com o avanço no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a necessidade de encontrar meios e ferramentas mais adequados para melhorar o fluxo de informação entre os entes federados (distritos, municípios, estados e federação), assim como a necessidade de facilitar o armazenamento, a recuperação e o acesso aos dados referentes às bibliotecas deu-se início a elaboração de um novo projeto que deveria estabelecer uma metodologia de controle e acesso aos dados das bibliotecas públicas municipais e estaduais existentes no país.

⁵ Cabe registrar que muitos municípios brasileiros não possuem Secretarias de Cultura e as bibliotecas públicas são mantidas pelas Secretarias de Educação.

⁶ O sistema de gerenciamento de acervo customizado pela equipe de Informática da FBN foi o ORTODOX.



Esse projeto deveria ir além de uma simples coleta e análise de dados local, deveria contar com a colaboração dos Sistemas Estaduais e Municipais de Bibliotecas Públicas e, portanto, deveria prever a melhoria da comunicação e o fortalecimento dos laços com os Estados e Municípios, fomentando conseqüentemente um movimento de valorização das bibliotecas públicas nos seus territórios.

Cabe lembrar que o SNBP não é um órgão regulador e atua no sentido de criar rotinas, parâmetros e sistematizar ações conjuntas com os Estados e Municípios, no entanto, as condições, estrutura organizacional, infraestrutura, abrangência e, principalmente a legitimidade dos Sistemas Estaduais e Municipais são muito diferenciados e diversificados, dificultando em alguns casos o estabelecimento de um trabalho sistêmico. O Brasil conta com 26 Sistemas Estaduais e 1 Sistema do Distrito Federal e, são as questões políticas locais, as condições geográficas e territoriais, assim como o número de municípios que o Estado possui que determinam a forma de atuação desses Sistemas. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SEBP/MG), por exemplo, possui uma estrutura organizacional formalizada e bem estruturada, entretanto, o grande número de municípios que compõem o Estado, são 853 cidades com um total de 881 bibliotecas públicas, amplia consideravelmente a complexidade das suas ações. Já o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe (SEBP/SE), atua junto a um quantitativo muito menor de bibliotecas, 80 bibliotecas públicas nos 75 municípios do Estado, no entanto, enfrenta grande dificuldade pelo fato de não contar com uma gestão separada da Biblioteca Públicas do Estado Epifânio Dória, ou seja, uma mesma pessoa precisa se dividir na gestão de duas instituições de grande porte, que possuem especificidades distintas e demandam equipes com habilidades e competências diferenciadas. Estados da região norte do país, por sua vez, entre outras dificuldades, enfrentam a dificuldade do acesso aos seus municípios e bibliotecas o que eleva consideravelmente o custo de suas ações.⁷ Além disso, a carência de informação e conhecimento sobre a responsabilidade dos Estados e

⁷ O “custo amazônico” considera as dificuldades de deslocamento, comunicação e logística específicas dessa região, e que torna os custos mais caros do que em outras regiões do país, passa a ser incluído em todos os novos editais para projetos culturais.



Municípios frente ao direito de acesso à informação, comunicação, cultura e conhecimento, por meio da efetividade do direito às bibliotecas públicas é uma realidade e impacta negativamente o trabalho do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas.

Apesar das dificuldades alguns Sistemas Estaduais e Municipais conseguiram avançar no controle de seus dados e disponibilizar as informações básicas das bibliotecas de sua região. A seguir apresentamos alguns exemplos:

Ceará

Bibliotecas de Fortaleza

Disponível em: <http://www.guiace.com.br/guia-de-turismo/cultura/bibliotecas/bibliotecas-de-fortaleza>

Acessado em: 25/11/2015

Bibliotecas do interior do Estado

Disponível em: <http://www.guiace.com.br/guia-de-turismo/cultura/bibliotecas/bibliotecas-do-interior-do-estado>

Acessado em: 25/11/2015

Distrito Federal

Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal – RBP/DF

Disponível em:

<http://www.cultura.df.gov.br/rede-de-bibliotecas-publicas-do-distrito-federal-rbpdf.html>

Acessado em: 25/11/2015

Minas Gerais

Bibliotecas Públicas de Belo Horizonte,

Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=23391&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&

Acessado em: 27/11/2015

Paraná

Guia de Bibliotecas Públicas Municipais do Paraná

Disponível em:

<http://www.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>

Acessado em: 27/11/2015



São Paulo

Base de dados das Bibliotecas Públicas dos Municípios do Estado de São Paulo

Disponível em:

http://www.bibliotecaspaulistas.sp.gov.br/publico/catalogo_bibliotecas.aspx

Acessado em: 27/11/2015

Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo

Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/fale_conosco/index.php?p=223

Acessado em: 27/11/2015

Rio de Janeiro

Lista de bibliotecas públicas do município do Rio de Janeiro

Disponível em: <http://riodejaneiro.tribe.net/thread/086fd492-e292-4d1c-86af-f6dd85812400>

Acessado em: 27/11/2015

Rio Grande do Sul

Lista das bibliotecas ligadas ao SEBPRS

Disponível em:

<https://docs.google.com/file/d/0BxxG2167jI72MWRBUWhmSGI0SVU/edit?pli=1>

Acessado em: 28/11/2015

4 O PROJETO “MAIS BIBLIOTECAS PÚBLICAS”

Foi dentro deste cenário que, no “ano de 2012, deu-se início a formulação do projeto Mais Bibliotecas Públicas⁸, processo que resultou no lançamento de um Edital Público para a seleção de uma instituição pública ou entidade privada sem fins lucrativos, para assumir a execução do projeto.

O Projeto foi concebido a partir de 3 estratégias:

- Mapeamento das bibliotecas públicas no país – levantamento, atualização, consistência de dados e divulgação das informações para a sociedade.

⁸ Para a realização do projeto foi firmado o convênio no. 778.093/2012, entre a FBN e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC).



- Mobilização local - reuniões técnicas presenciais com os SEBPs e seus parceiros; e, encontros locais, no formato de fóruns de discussões, com gestores públicos e lideranças locais.
- Construção de material orientador – com base nos dados e informações colhidos na fase de mobilização foi organizado um conjunto de documentos utilizados nas reuniões e fórum, e posteriormente a criação de um material orientador para apoiar os gestores locais na criação de novas bibliotecas públicas.

Acreditávamos que, mais do que distribuir recursos aos Estados e Municípios para implantação de novas bibliotecas públicas, era hora de investir em um projeto que tivesse como foco o aumento da capacidade local de mobilização, de auto-organização e que evidenciasse a riqueza do capital social. Uma oportunidade para, fomentando o debate com os gestores públicos e a sociedade a respeito da importância da biblioteca pública, oferecer serviços de qualidade para as suas comunidades. E também, de maneira mais pragmática, conferir como os recursos até então investidos haviam sido utilizados pelos governos locais.

No ano de 2012, por meio de edital público, foi selecionado o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), entidade privada sem fins lucrativos, com larga experiência em projetos de cunho social, cultural e educativo, para executar o projeto. O projeto foi proposto inicialmente para ser realizado em 12 meses, tendo sido prorrogado para 18 meses. Contou com os trabalhos da equipe fixa da própria entidade e de mais 5 bibliotecários contratados especialmente para atuar no projeto.

4.1 Mapeamento

Segundo o I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, em 2010 o Brasil registrava a existência de 5.565 municípios, dos quais 4.396 dispunham de bibliotecas públicas, o que representava cerca de 79% dos municípios brasileiros.



Tomando os números apresentados no Censo como ponto de partida, foi realizado um levantamento minucioso dos dados a respeito da existência ou não de bibliotecas públicas nos municípios sem aprofundar informações a respeito das condições físicas, acervos, serviços e funcionamento dessas bibliotecas. Este aprofundamento deveria ser objeto de um segundo projeto a ser implementado nos próximos anos.

As fontes de informações utilizadas para a realização desse levantamento foram:

- Base de dados do SNBP;
- Base de dados local dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas;
- Sites governamentais;
- Visitas técnicas de monitoramento.
- Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC)

Cabe esclarecer que o SNIIC tem por objetivo possibilitar

que os agentes culturais e a sociedade como um todo possam ter acesso a informações do segmento cultural em um único lugar, além de ser possível cadastrar informações culturais atualizadas. A partir da implantação do Sistema, o Brasil se equipara a outros países da América Latina e do mundo que já possuem banco de dados culturais: Argentina, Uruguai, Colômbia, México, França e Espanha (BRASIL, 2014).

A partir das informações coletadas nas diferentes fontes as mesmas passam por um processo de validação, em primeira instância com os dados dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, na sequência com as Representações Regionais do MinC⁹ e em caso de dúvida, diretamente com as bibliotecas e secretarias de educação e cultura, por meio de contato telefônico ou mensagem eletrônica.

⁹ O MinC possui 09 Representações Regionais que atuam nas 05 regiões e em 07 estados federados.



Em julho de 2014 o Brasil apresentava 6.062 bibliotecas públicas mantidas pelos municípios, estados e pela federação. O resultado desse mapeamento encontra-se disponível no site do SNBP, na área Informação/Dados sobre as Bibliotecas Públicas¹⁰.

A metodologia de coleta e análise dos dados, assim como os procedimentos de validação foram incorporadas pela equipe do SNBP e a partir de julho de 2014 foi estabelecido o período de 6 meses para a atualização e divulgação dos dados no site.

4.2 Mobilização Local

Simultaneamente ao levantamento, conferência e consistência dos dados acerca das bibliotecas públicas, as coordenações dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas foram mobilizadas, tanto para validar os dados levantados, complementado e ajustando quando necessário, como para iniciar o processo de organização das reuniões e encontros nos seus estados.

Os encontros nos estados tiveram dois momentos e objetivos específicos. O primeiro momento, se configurou em uma reunião técnica com as equipes dos SEBPs e seus parceiros (Secretarias e Fundações de Cultura, Conselho Regional de Biblioteconomia, Associações profissionais, Biblioteca Pública Estadual, Departamentos de Biblioteconomia de Universidades Públicas, etc.), com o objetivo de analisar a situação das bibliotecas no estado e organizar o encontro local. O segundo momento, se configurou como um fórum de discussões que reunia gestores públicos: prefeitos, secretários de educação e cultura, diretores de cultura; e lideranças locais: gestores de bibliotecas comunitárias, escritores, leitores, grupos comunitários de arte e cultura, conselheiros de cultura, etc.

No período compreendido entre julho de 2013 a julho de 2014 foram realizados 20 reuniões técnicas, envolvendo um total de 105 participantes e 24 encontros com gestores e lideranças locais, com um total de 1.291 participantes.

¹⁰ Endereço eletrônico: <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>



Para ampliar a comunicação e envolver de maneira ativa as comunidades foi criada uma página no facebook¹¹ para o projeto que atingiu a marca de 2.780 pessoas, entre novembro de 2013, quando foi criada, até julho de 2014, debatendo o assunto em rede. No período de elaboração deste artigo a página já superava os 3 mil acessos, tendo 2942 fãs no Brasil, além de agregar fãs em mais 9 países, entre eles 77 em Portugal, 7 na Argentina, 6 nos Estados Unidos, entre outros.

Os fóruns, os debates e diálogos entre sociedade civil e governo concentravam-se na importância da biblioteca pública como um equipamento cultural voltado ao desenvolvimento de pessoas e suas comunidades, e na responsabilidade do Estado, em parceria com a sociedade, de implantar e manter esses equipamentos. Era o momento de compartilhar o Manifesto da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas, bem como um conjunto de informações acerca do planejamento para a implantação e qualificação desses equipamentos culturais.

4.3 Material Orientador

Todo conhecimento construído durante o desenrolar do projeto está sendo organizado e sistematizado e será publicado no formato de um guia para subsidiar os governos locais no planejamento da instalação e qualificação de bibliotecas públicas municipais no país. Está previsto também como conteúdo deste guia, informações sobre o acesso a recursos públicos e orientações para o estabelecimento de parcerias. Além desse documento, está sendo construída também uma campanha de valorização das Bibliotecas Públicas e dos Sistemas Estaduais e Municipais, de modo a estimular gestores públicos e sociedade em geral a dialogar e construir pactos em torno desse direito.

¹¹ Endereço eletrônico: <https://pt-br.facebook.com/maisbibliotecaspublicas>



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de 18 meses uma série de informações emergiram da realidade vivenciada e suscitaram várias reflexões que estão servindo de base para o aprimoramento dos trabalhos e serviços oferecidos pelo SNBP.

Dentro desse contexto vale destacar alguns problemas recorrentes identificados em todo o país durante as reuniões e debates realizados pelo projeto e que precisam ser enfrentados:

- Concepção da biblioteca pública: os gestores públicos e governos locais não entendem a biblioteca pública como um equipamento estratégico para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento das pessoas. Prevalece a concepção da biblioteca escolar seguindo os parâmetros didáticos. A concepção vigente na maioria dos municípios brasileiros ainda resvala na biblioteca como um espaço de armazenamento de livros e atendimento a pesquisa escolar.
- Estrutura organizacional e condição política dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas: os SEBP em sua maioria não possuem uma estrutura organizacional, equipe, recursos próprios, autonomia e, em alguns casos, se configuram em um cargo político com pouco reconhecimento e pouca, ou nenhuma condição de incidir articuladamente em seu território.
- Mudanças de governo: a descontinuidade política nos municípios continua a exercer um forte impacto nesses equipamento culturais, resultando na abertura e fechamento de bibliotecas com uma frequência muito grande.
- Carência de recursos e infraestrutura: a fragilidade das bibliotecas públicas é evidente, ou seja, as mesmas não contam com recursos financeiros próprios,



continuam com suas condições físicas precárias, acervo desatualizado, equipe mínima e com baixo nível de formação.

- Controle de dados atualizados das bibliotecas públicas no país: apesar do avanço das tecnologias, a gestão de informações referentes à condição das bibliotecas públicas é dificultada em função da carência de tecnologia de informação e comunicação nas diferentes esferas de governo;

Como mencionado anteriormente, os investimentos em implantação e modernização de bibliotecas públicas realizados pelo governo federal remontam os anos de 1930, quando da criação do INL, no entanto, o foco desses investimentos sempre foi realizado por meio da distribuição de livros produzidos com recursos públicos, sem qualquer preocupação com as especificidades locais. Especificamente nos últimos 10 anos, ampliou-se de maneira exponencial os recursos para a área do livro, leitura, literatura e bibliotecas. Por meio de Editais Públicos foram realizados o repasse de equipamentos, mobiliários e acervo, assim como repasse de recursos financeiros.

Entretanto, fica cada vez mais evidente que é preciso mais do que distribuir materiais ou recursos, é preciso sensibilizar e mobilizar os gestores públicos para que utilizem esses recursos de maneira efetiva, levando em consideração concepções atualizadas acerca desse tipo de equipamento cultural, a partir de planos municipais para as bibliotecas e para a leitura, com vistas a garantir a estruturação de uma política pública de Estado voltada para o acesso e produção cultural mais sustentável.

Com base nos resultados desse projeto é possível evidenciar a necessidade do governo federal, por meio do SNBP, de atuar de maneira sistemática no:

- O fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas – garantindo a sua institucionalização dentro de um processo de gestão participativa e com autonomia financeira para que estas instituições possam atuar efetivamente no monitoramento e na qualificação das bibliotecas públicas estaduais, municipais e



comunitárias. Além disso, mobilizar os Sistemas Estaduais para que participem mais ativamente da construção dos Planos Municipais e Estaduais do Livro e da Leitura;

- A realização de campanhas de valorização das bibliotecas públicas como equipamentos socioculturais a favor do desenvolvimento comunitário, envolvendo comunidades, governos locais e universidades;
- Criar mecanismos para que os municípios que não possuem bibliotecas públicas em funcionamento fiquem impedidos de receber outros recursos do Ministério da Cultura.

A respeito deste último ponto, vale esclarecer que o MinC havia publicado a Portaria MinC no. 117, de 01 de dezembro de 2010, vinculando a liberação de recursos financeiros deste Ministério às prefeituras brasileiras, a abertura e manutenção da biblioteca pública municipal, no entanto, por meio da Portaria no. 33/2014/MinC (MACHADO, CALIL JUNIOR, ACHILLES, 2014) a mesma foi revogada o que, para nós, se configura num retrocesso no que tange aos marcos legais para área.

Atualmente, o grande desafio da sociedade da informação é responder à nova lógica da produção conhecimento, promovendo uma educação social emancipatória, democrática, universal e plural, cujo centro da questão esteja posta no desenvolvimento do ser humano.

Project “more public libraries”: a local mobilization strategy

Abstract: This paper presents the building process of the project More Public Libraries and its relationship to the cultural policies target for public libraries in Brazil, its objectives, methodologies and first results. Assumes that society, local and federal governments should work together to increase the number of public libraries in the country and face the huge deficit in access to information and reading the Brazilian citizen

Keywords: Public Library; Cultural Policy; Public Policy



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. As metas do Plano Nacional de Cultura. 2. ed. Brasília, MinC, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Brasília, 2014. Disponível em: <http://sniic.cultura.gov.br> Acessado em: 11 de novembro de 2015.

CASTRILLÓN, Silvia. Una mirada. Bogotá: Asolecture, 2010.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: http://jornalgnn.com.br/sites/default/files/documentos/Censo_Nacional_das_Bibliotecas_Publicas_Municipais_0.pdf >. Acesso em: 29 setembro, 2014.

DECLARAÇÃO de Lyon 2014. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf> Acessado em 28 novembro 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (Brasil). Guia das Bibliotecas Brasileiras. 4ª. ed. Rio de Janeiro: INL, 1969.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (Brasil). Guia das bibliotecas públicas brasileiras conveniadas com o Instituto Nacional do Livro. Brasília: INL, 1983.

MACHADO, Elisa Campos; CALIL JUNIOR, Alberto Elias; ACHILLES, Daniele. Mapeamento das políticas culturais nacionais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 15, 2014, Belo Horizonte. Anais eletrônicos ... Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>. Acesso em: 22 nov. 2014.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm> Acessado em 28 novembro 2015.

POCHMANN, Marcos; GUERRA, Alexandre; SILVA, Ronnei Aldrin. Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois. São Paulo: Cortez, 2014.



REIS, Alcenir Soares dos; SILVA, Alberto Sant'Ana da; MASSENSINI, Rogério Luís. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.) Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011. p. 17-23.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). Guia das bibliotecas públicas do Brasil. Vol.1 (1994). ISSN 0104-5857

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). Relatório de Atividades: 2013. Rio de Janeiro: SNBP, 2014.

Informações dos autores

Maria Aparecida Arias Fernandez

Bibliotecária formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora e consulta do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e de outras instituições ligadas a leitura, cultura e educação. Integra a equipe do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).

Email: fernandezcida@gmail.com

Elisa Campos Machado

Docente do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos (DEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Líder do Grupo de Pesquisa Biblioteca Pública no Brasil: reflexão e prática.

Email: emachado2005@gmail.com

